



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0048016-96.2020.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO À CAPITAL  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
**ASSUNTO** : Análise de regularidade do Pregão

**Parecer nº 1220282 / 2020 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a contratação de serviço contratação de *serviço de telefonia móvel pessoal (SMP) durante o período eleitoral de 2020*, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital n.º 36/2020, documento n.º 1202592.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:

- realização de estimativa de preços, consoante planilha padrão e manifestação da SEAQUI (documentos n.ºs 0003883 e 0003884);
- informação de disponibilidade orçamentária (documento n.º 0003887);
- análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (documentos n.ºs 0382127, 0390917 e 0694529);
- autorizações de abertura da licitação pela autoridade competente (documento n.º 0694680);
- designação de Pregoeiro e equipe de apoio para atuar no certame, com juntada de cópia de portaria que designou a Comissão de Pregoeiros (documentos n.ºs 0695626 e 0698141);
- divulgação do Edital em meio eletrônico e publicação no DOU (documentos n.ºs 0698150 e 0698153).

Observa-se que antes da abertura do certame foram formulados questionamentos pela Operadora TIM S/A (documentos n.ºs 0755620 e 0755622), os quais foram dirimidos pela SELIC e SEAAC (documentos n.ºs 0756226 e 0756702), e devidamente publicados (documento n.º 1215086).

Constatada a necessidade de alteração do instrumento convocatório, foi determinada a suspensão do pregão (documento n.º 0758586).

Realizados ajustes na minuta, a SEAQUI atualizou a pesquisa de mercado, informando que não houve alteração no valor estimado (documentos n.ºs 1192878 e 1193771).

Mediante documento n.º 1200507, foi autorizada a reabertura do certame, procedendo-se à republicação do edital (documentos n.ºs 1202602 e 1202605).

Analisando-se a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, verifica-se que não houve apresentação de propostas para os itens 1, 6 e 8, configurando-se a situação conhecida na doutrina como “licitação deserta”.

Após a realização da etapa de lances e julgamento das propostas, constatou-se que a empresa CLARO S/A apresentou o menor preço para os demais itens do pregão, no valor total de R\$ 49.960,71 (quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e um centavos).

Ato contínuo procedeu-se à habilitação da referida licitante, juntando-se a documentação comprobatória, documento n.º 1216800.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve qualquer manifestação por parte das licitantes

Deste modo, sugere-se a homologação do certame, uma vez que foram observadas as regularidades dos demais atos procedimentais, devendo a Administração proceder à convocação da empresa adjudicatária dos itens 2, 3, 4, 5, 7, 9 e 10 para a celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02 e art. 13, VI e VII, do Decreto n.º 10.024/2019, e de acordo com a Ata de realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão, respectivamente (documentos n.ºs 1216785, 1216792, 1216812 e 1216815).

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos - Lei 8666/93.

Ademais, faz-se necessário emitir declaração de licitação deserta quanto aos itens 1, 6 e 8, recomendando-se a adoção de providências para a realização de novo procedimento licitatório destino à contratação dos referidos itens.

À consideração superior.

**Maria Regina Ribeiro Santana**

Analista Judiciário - ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**RONILDO DANTAS**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana**, Analista Judiciário, em 30/08/2020, às 16:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas**, Assessor, em 31/08/2020, às 12:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1220282** e o código CRC **92964821**.